

A EDUCAÇÃO FEMININA EM SÃO LUÍS NO SÉCULO XIX

PROFA. MS. ELIZABETH SOUSA ABRANTES
FILIAÇÃO INSTITUCIONAL: UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

A Educação Feminina em São Luís no Século XIXⁱ

A educação feminina no Brasil, desde os tempos coloniais, desempenhou uma função conservadora, reproduzindo os mecanismos de controle da sociedade paternalista a fim de legitimar a submissão da mulher e restringir seu espaço à esfera privada do lar. O ensino precário ministrado às meninas nas escolas régias que substituíram o ensino jesuítico, com ênfase no aprendizado da religião e das prendas domésticas, era justificado pela idéia de que a fragilidade natural da mulher a impedia de aprofundar seus estudos, devendo ser preservada para as ocupações que a natureza lhes destinou, estas dispensáveis de conhecimentos intelectuais.ⁱⁱ

Até meados do século XIX, a educação das mulheres ainda baseava-se na dicotomia entre educação e instrução, em que aos homens se instruía para desenvolver a inteligência e às mulheres se educava para desenvolver o caráter. Na segunda metade desse século, já eram mais visíveis nos principais centros urbanos algumas mudanças nos costumes e mentalidade coloniais no que se refere à situação da mulher, especialmente as das camadas sociais mais elevadas. Era mais comum observar mulheres nos bailes, nos teatros, nos colégios particulares, onde as jovens eram instruídas em conhecimentos de dança, instrumentos musicais como piano, em línguas estrangeiras. Essas mudanças estavam relacionadas tanto ao crescimento urbano com suas novas formas de sociabilidade, quanto às aspirações das elites em adequarem-se aos padrões culturais e civilizatórios europeus, o que correspondia a uma necessidade de maior iniciação das mulheres nos conhecimentos elementares da cultura erudita.ⁱⁱⁱ

Em São Luís, capital e principal centro urbano da Província do Maranhão, a condição feminina não era muito diferente do restante do país, prevalecendo a mentalidade conservadora que destinava às mulheres uma educação meramente doméstica. Através dos jornais da primeira metade do século XIX, observam-se discursos com apelos por mais instrução para as mulheres. Nos artigos do jornalista José Cândido, publicados no jornal “Farol Maranhense” entre 1828 e 1830, as mulheres das camadas média e alta eram retratadas como sendo bem prendadas, mas de péssima conversação, faltando-lhes uma instrução escolar que lhes dessem os conhecimentos mínimos exigidos para uma conversa mais intelectual. O jornalista reprovava a mentalidade conservadora de muitos pais de famílias que consideravam desnecessário instruir suas filhas ou daqueles que achavam que somente o saber ler e escrever eram o suficiente na educação de uma moça. Lamentava a precária educação das mulheres maranhenses, comentando o quanto era desagradável para os homens de sua classe social, os quais receberam uma instrução mais elevada, não terem interlocutoras com um nível mais elevado.

“ Sim, a conversação das maranhenses é desgostosa, porque elas não podem tratar daquilo de que nunca ouviram falar... Se elas na conversação nada dizem que não seja relativo ou aos negócios de família ou às suas modas, é porque a educação que receberam de seus pais as privam de poderem entrar em maiores detalhes; eis aqui a sociedade, circunscrita ou a falar da existência alheia ou a promover conversinhas amorosas!”^{iv}

A crítica de José Cândido recaía tanto sobre a educação doméstica quanto à instrução superficial que essas mulheres recebiam na escola, que não as habilitava para se tornarem a educadora dos filhos e a companheira ideal de um marido instruído.

Na segunda metade do século XIX, os jornais de São Luís apresentavam ainda idéias parecidas com estas encontradas no “Farol Maranhense”. O jornal “ A Sentinella”, de 04.11.1855, comentava que a conversa das moças

maranhenses versava somente sobre modas, vestidos, cosméticos, cabelos, bilhetes amorosos, o último baile, não possuindo cabedal científico para tratarem de outros assuntos como literatura, música, pintura. Já “O Artista”, de 08.11.1868, considerava que as mulheres em si representavam um fraco papel no sistema social, e sua instrução só era necessária porque “as mulheres são as mães dos homens, que uma Cornélia gera e educa três Gracos, e que os filhos vão em geral à sociedade imbuídos das idéias, das virtudes e dos vícios de suas mães”.

O ensino público oferecido às mulheres maranhenses constava apenas das escolas de primeiras letras, as chamadas pedagogias, onde as meninas recebiam uma instrução carregada de ensinamentos morais e religiosos, prendas domésticas e os conhecimentos básicos da leitura, da escrita e das quatro operações. As prendas domésticas, justificadas em nome das funções maternas das mulheres, a isenção do ensino de geometria e a limitação do ensino de aritmética apenas às quatro operações, estabeleciam a diferença na educação escolar entre meninos e meninas. As escolas públicas de primeiras letras para meninas deviam ser regidas por mulheres, sendo o critério principal para a escolha da mestra a sua conduta exemplar na sociedade. Com isso, embora as professoras se sobressaíssem nos ensinamentos das prendas domésticas, tinham grandes dificuldades em reger as demais matérias que exigiam conhecimentos de gramática portuguesa e matemática, o que era compreensível se considerarmos a pouca instrução que recebiam, não podendo ensinar com êxito aquilo que mal conheciam.

No ensino secundário das mulheres, os objetivos educacionais não eram diferentes daqueles traçados para a instrução elementar, embora fossem acrescentadas outras matérias. A opinião do presidente Cruz Machado (1855-1857) sobre a educação feminina resume bem o sentimento da época sobre essa questão:

“ embora muito convenha que as filhas de famílias melhor colocadas na sociedade recebam nos colégios conhecimentos das línguas, da geografia e história, do desenho e da música, cumpre sempre não perder de vista que sua educação e instrução devem estar em harmonia com o lugar que, como esposas, mães de família ou donas de casa, lhes está reservado na vida doméstica”.^v

O ensino secundário para as mulheres só era oferecido nas escolas particulares, e assim mesmo de forma diferente daquele que era ministrado aos homens. Enquanto o ensino secundário masculino se caracterizava como preparatório para o ensino superior, a exemplo do que acontecia no Liceu Maranhense e nas escolas particulares desse nível em São Luís, a educação feminina pautada no ideal de preparar a mulher para o casamento e a maternidade, imprimia à educação secundária feminina uma característica muito doméstica. O estudo das línguas estrangeiras, que foi uma das inovações na educação feminina em São Luís na segunda metade do século XIX, ganhava um destaque especial diante das novas oportunidades de sociabilidade feminina que requeriam o aprendizado de novas prendas, como o requinte de falar uma outra língua, especialmente o francês, considerado mais elegante.

A desigualdade na educação dos dois sexos podia ser observada também na inferioridade numérica das escolas femininas e de alunas matriculadas. Em 1867, o relatório do Presidente da Província, Dr. Antônio Alves de Sousa Carvalho, informava que existiam na Província 100 cadeiras primárias do 1º grau, sendo 60 do sexo masculino e 40 do feminino. No 2º grau^{vi} do ensino primário existiam somente cadeiras de meninos, sendo três na capital e cinco no interior. As cadeiras do ensino primário no interior foram freqüentadas por 2.874 alunos, sendo 2.113 meninos e 661 meninas, as da capital tiveram uma freqüência de 658 alunos, sendo 449 meninos e 209 meninas. A freqüência total nas escolas públicas nesse ano foi de 3.532 alunos. No ensino primário particular foram registradas 16 cadeiras, sendo 11 para meninos e 5 para meninas, com uma freqüência total de 953 alunos, 564 do sexo masculino e 399 do feminino. Na instrução secundária particular eram 9 colégios, sendo 1 para o sexo masculino na vila de S. Bento e 8 na capital, 4 para os rapazes e 4 para as moças, com uma freqüência total de 842 alunos. O ensino público secundário ministrado no Liceu foi freqüentado por 156 alunos.^{vii}

Na segunda metade do século XIX, a cidade de São Luís contava com dois estabelecimentos para a educação das meninas desvalidas, mas também freqüentados por filhas de famílias abastadas: era o Recolhimento de Nossa Senhora da Anunciação e Remédios e o Asilo de Santa Teresa.

O Recolhimento de N.S. da Anunciação e Remédios, criado em 1751 pelo missionário jesuíta Frei Malagrida, destinava-se à educação civil, moral e religiosa das recolhidas. Era regido no aspecto religioso pela ordem de Santa Mônica e nos aspectos econômicos e administrativos pelos Estatutos organizados em 1840. A educação recebida no estabelecimento constava das lições de primeiras letras e das prendas domésticas. Uma mestra ensinava a ler, escrever, as quatro operações aritméticas e a doutrina cristã, e uma outra mestra ensinava a coser e bordar.^{viii}

O Asilo de Santa Teresa, criado em 1855 no governo de Eduardo Olímpio Machado, era uma instituição meramente civil destinada às meninas pobres, especialmente as órfãs e as expostas da Santa Casa de Misericórdia. As jovens de famílias ricas eram recebidas na condição de pensionistas particulares. O Asilo de Santa Teresa começou com 40 pensionistas da Província. Em 1869, o relatório do diretor informava que até aquela data haviam entrado 127 menores desvalidas como pensionistas mantidas pelos cofres públicos, sendo que 06 faleceram, 10 casaram-se, 35 foram entregues a seus pais, tutores ou parentes, 76 permaneciam internas. Como pensionistas particulares somaram-se 23 menores, sendo que 17 já haviam sido entregues a seus pais, tutores ou parentes e 06 permaneciam internas. No total, o Asilo havia devolvido à sociedade até aquela data, 62 moças educadas, quer solteiras ou casadas.^{ix}

A educação recebida nesse estabelecimento era dividida em três modalidades de ensino: 1 – doutrina cristã e deveres morais, leitura, princípios gerais de gramática, escrita e aritmética até frações; 2 – trabalhos de agulha; 3 – prática de trabalhos de economia doméstica, como cozinhar, lavar, engomar e demais trabalhos domésticos.^x

Além das escolas públicas primárias, do Recolhimento e do Asilo mencionados, São Luís contava na segunda metade do século XIX com várias escolas particulares para a “educação e instrução” primária e secundária das meninas.

A primeira instituição de ensino particular para meninas, em São Luís, foi o Colégio Nossa Senhora da Glória, criado em 1844 por Dona Martinha Abranches^{xi} e sediado no palacete da família na rua do Giz. O colégio oferecia o ensino primário e secundário para meninas, classes de alfabetização para senhoras casadas e uma classe para meninos de até 12 anos a fim de prepará-los para o ingresso no Liceu Maranhense. As matérias de ensino dividiam-se em cinco classes, a saber: 1ª - leitura, caligrafia, gramática da língua pátria, aritmética adequada à natural compreensão das meninas, doutrina cristã, civilidade e geografia; 2ª - costuras, marcas e bordados de todas as qualidades; 3ª - francês e inglês; 4ª - música e piano; 5ª - desenho e dança. As aulas de música, piano, francês, geografia, desenho e dança eram pagas a parte. Em 1863 o colégio foi freqüentado por 136 alunas, divididas em três categorias: pensionistas, meia pensionistas e externas.^{xii}

Muitas outras escolas particulares para o ensino primário e secundário feminino foram criadas na segunda metade do século XIX, o que indicava uma maior suscetibilidade da sociedade maranhense no tocante ao ensino formal das mulheres. Os colégios de Nossa Senhora da Soledade, de Santa Ana, Nossa Senhora de Nazaré, Santa Isabel, Sagrada Família, São Sebastião, Nossa Senhora de Lourdes, Nossa Senhora do Rosário, Santa Luzia e Nossa Senhora da Conceição destinavam-se à “educação e instrução” das meninas, pretendendo desenvolver nas suas alunas as faculdades morais e intelectuais por meio do ensino dos preceitos morais e religiosos, das letras, artes e boas maneiras.^{xiii}

Mesmo com a ampliação do nível de ensino e do número de escolas, a educação feminina continuou sendo ainda bastante criticada por muitos intelectuais, inspirados nas concepções filosóficas e científicas em voga no século XIX, os quais consideravam que tanto a educação doméstica tradicional quanto a instrução superficial recebida nas

escolas, mais literária que científica, não preparavam as jovens para o bom desempenho da missão de mãe e primeira educadora dos filhos.

O jornal “A Actualidade”, de 04.11.1869, expressava sua crítica à educação feminina vigente, considerando que a instrução escolar era muito superficial, com um pouco de gramática, ortografia, geografia, inglês, francês, aritmética, história sagrada. Dizia que em casa as mães ensinavam a apreciar romances, “bater” no piano, manter a postura, a sorrir com discrição, etc..., mas essa educação não passava de artes de recreio e não preparava a mulher para depois do casamento, onde era então que ela exerceria sua mais nobre missão na terra como educadora do gênero humano pela infância. Defendia, como aperfeiçoamento dessa educação, um ensino voltado para desenvolver a razão da mulher, começando pelo estudo da história de seu país, com lições de higiene e fisiologia para saber cuidar da saúde da família e lições de economia para cuidar das despesas do lar.

O escritor Aluísio Azevedo expressou sua crítica e sua preocupação com a educação da mulher em vários artigos na imprensa maranhense e em suas obras literárias. Em uma crônica apresentada no jornal O Pensador, de 10.12.1880, explicava que:

era “ preciso educá-la física e moralmente, prepará-la por meios práticos e científicos para ser uma boa mãe e uma boa cidadã, torná-la consciente de seus deveres domésticos e sociológicos; predispor-lhe o organismo para a procriação, evitar a diátese nervosa como fonte de mil desgraças, dar-lhe uma boa ginástica e uma alimentação conveniente à motilidade de seus músculos, instruí-la e obrigá-la principalmente a trabalhar”.

O advogado maranhense Antônio Almeida Oliveira também defendeu veementemente uma maior instrução para as mulheres, não para emancipá-las política e economicamente, senão para reforçar seus papéis de esposa e mãe, mantendo-as no espaço privado onde exerceriam seu reinado como “rainhas do lar”. Em sua obra “O Ensino Público”, publicada em 1874, apresentou uma série de idéias para reformar a educação feminina, incluindo mais instrução intelectual para as mulheres e também a co-educação dos sexos.

A polêmica proposta de co-educação dos sexos era defendida com o argumento de que a convivência entre meninos e meninas deixava os costumes mais amigáveis, estimulava a sociabilidade e ainda diminuía a despesa com escolas e professores, embora concordasse que a educação da mulher não devia ser tão extensa quanto a do homem, havendo coisas, como as prendas domésticas, que só as mulheres precisavam aprender. A co-educação, com salas mistas de meninos e meninas, era defendida apenas para a chamada educação comum, aquela que era dada no ensino primário e necessária a ambos os sexos para o bom desempenho de suas funções sociais.^{xiv}

Constatava, decepcionado, que o ensino recebido pelas maranhenses, tanto pobres quanto ricas, era inadequado para a missão que a sociedade lhe confiava. Quanto às meninas pobres, ou cresciam na ignorância ou eram recebidas em algum recolhimento ou asilo, onde ficavam sob os cuidados de senhoras incapazes de as educarem, algumas dessas mestras mal sabendo ler, escrever e contar.

Quanto às meninas de famílias ricas, não havia muita diferença, apesar de terem acesso a escolas e professores particulares, mais anos de estudos e até o nível secundário. Isso porque, “não falando da leitura, da contabilidade e da escrita, que é partilha da rica e da pobre educada, alguns trabalhos de agulha, a música, a dança e o canto, são ordinariamente toda a ciência que coroa o escasso ensino que a escola lhes dá”.^{xv}

A análise da educação das mulheres em São Luís no período que delimitamos para o estudo, revelou sua correspondência com os valores e ideário feminino da sociedade, sendo a instrução intelectual um componente essencial dessa educação, voltada para conscientizar as mulheres dos seus deveres e de sua importante missão de mãe, para a qual, além da sólida educação doméstica e religiosa, era necessário uma instrução que a habilitasse para ser a educadora dos seus filhos e a companheira ideal para um marido igualmente instruído.

A educação feminina em São Luís encontrava-se envolvida pelo discurso moralizador que aceitava a mulher somente em seus papéis de filha, esposa e mãe. Algumas mudanças ocorridas na educação escolar que pareciam indicar um avanço da mentalidade quanto a imagética feminina, com um número maior de estabelecimentos de ensino, especialmente os particulares que ofereciam às mulheres das camadas sociais superiores o acesso a um nível de ensino mais elevado, baseavam-se em princípios conservadores do status quo da família e da sociedade, pretendendo manter a mulher submissa e reservada ao espaço do lar.

O século XIX foi o momento histórico do nascimento do movimento feminista, marcado pela luta das mulheres pelo direito ao trabalho, a instrução, ao voto, a igualdade de direitos com a efetiva participação da mulher na vida pública. No Brasil, essa luta foi traduzida principalmente nas reivindicações pela educação feminina, com a elevação da instrução intelectual das mulheres. O desejo de modernidade da sociedade brasileira tornou o campo favorável para algumas conquistas, dentro dos limites aceitos pelo conservadorismo da época no tocante aos papéis femininos. Em São Luís esse processo não foi diferente, as inovações ocorridas na educação do “bello sexo” não representaram avanços que levassem ao deslocamento da mulher da posição de filha, esposa e mãe para a de profissional, intelectual, cidadã, isto é, de uma situação de inferioridade para a de igualdade.

ⁱ O presente artigo é uma versão resumida do 4º capítulo de minha dissertação de mestrado, apresentada em 2002 com o título “A Educação do Bello Sexo em São Luís na 2ª Metade do Século XIX”.

ⁱⁱ FLORESTA, Nísia. Opúsculo Humanitário. ed. atual./ com estudo introdutório e notas de Peggy Sharpe. São Paulo: Cortez, 1989. p. 63.

ⁱⁱⁱ Ver SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976. P. 198.

^{iv} Farol Maranhense, nº 35, de 30.05.1828.

^v PRIMITIVO, Moacyr. A instrução e as províncias: subsídios para a história da educação no Brasil (1834 – 1889). São Paulo; Companhia Editora Nacional, 1939. Vol 1. P. 187.

^{vi} As escolas públicas elementares estavam divididas em escolas de 1º grau compreendendo o ensino da leitura, escrita, as quatro operações fundamentais da aritmética, sistema métrico decimal, noções de gramática portuguesa, catecismo e noções de história sagrada; e escolas de 2º grau, compreendendo a aritmética até proporções, gramática geral e análise dos clássicos, geografia, história do Brasil e história sagrada. O ensino feminino era acrescido dos trabalhos de agulha, e no interior estava restrito às escolas de 1º grau.

^{vii} Relatório com que o Excelentíssimo Senhor Presidente da Província, Dr. Antonio Alves de Sousa Carvalho passou a administração ao Senhor 1º Vice – Presidente, Dr. Manuel Jansen Ferreira, no dia 04.04.1867.

^{viii} Estatuto do Recolhimento de N. S. da Anunciação e Remédios. In. Leis e Regulamentos (1835 – 1840)

^{ix} Cf. MARQUES, César Augusto. Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão. Rio de Janeiro: Cia. Editora Fon-Fon e Seleta, 1970. P. 97.

^x Ibid. P. 96

^{xi} Dona Martinha era uma fidalga espanhola que chegou ao Maranhão em 1816 e casou-se com o português Garcia de Abranches. Falava cinco idiomas e possuía uma educação esmerada.

^{xii} Almanak do ano de 1863.

^{xiii} Almanques dos anos de 1869, 1873, 1880.

^{xiv} A proposta de Antonio Almeida dividia o ensino público em dois cursos; o inferior, composto das disciplinas que formavam os ensinos primários e secundário, e o curso superior, acessível apenas para os homens.

^{xv} OLIVEIRA, Op. Cit., p. 455.